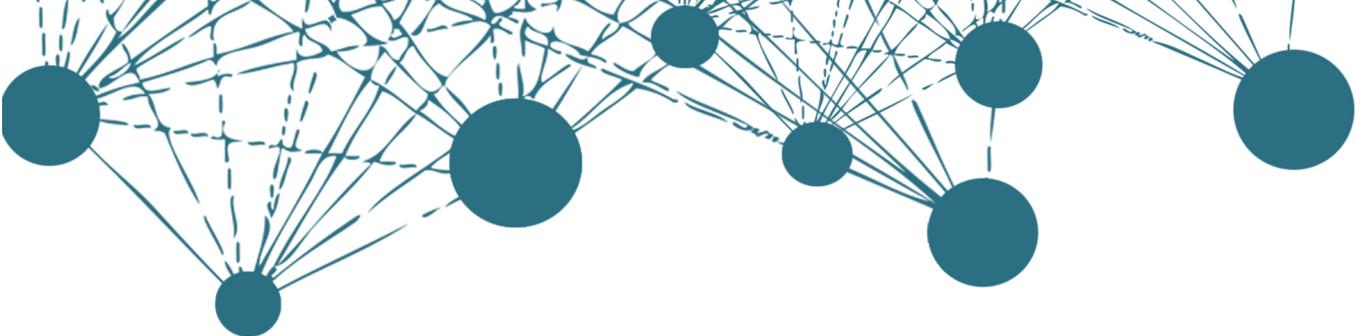


XVII ENANPUR

SÃO PAULO • 2017



São Luiz do Paraitinga: sobre o imaginário fundacional e suas projeções

São Luiz do Paraitinga: sobre el imaginario fundacional y sus proyecciones

*Renata Rendelucci Allucci¹, Posurb-PUC Campinas,
renata.ra@puccampinas.edu.br*

*Maria Cristina da Silva Schicchi², Posurb-PUC Campinas,
cristina.schicchi@puc-campinas.edu.br*

¹ **Renata Rendelucci Allucci**, Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Mestre em História pela PUC/SP. Especialista em Bens Culturais: Cultura, Economia e Gestão pela FGV/SP. Graduada em Desenho Industrial pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Desenvolve trabalhos de pesquisa nas áreas de patrimônio cultural, festas populares, cadeia produtiva da cultura e urbanismo. Integrante do Grupo de Pesquisa Patrimônio, Políticas de Preservação e Gestão Territorial. Bolsista CAPES.

² **Maria Cristina da Silva Schicchi** Professora titular e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (Mestrado e Doutorado) e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Pós-doutora junto ao Programa Oficial de Postgrado de la Universidad de Sevilla (jan/jul 2010). Coordenadora de projetos junto à CAPES, CNPq e FAPESP. É bolsista de produtividade em pesquisa CNPq Nível 2. É líder do grupo de pesquisa "Patrimônio, políticas de preservação e gestão territorial". É editora-chefe da Revista Oculum Ensaios - PUC-Campinas (desde 2014). Secretária Executiva da ANPARQ - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (gestão 2015- 2016)

RESUMO

A partir da compreensão das histórias da fundação, da urbanização e dos patrimônios culturais da cidade paulista de São Luiz do Paraitinga, percebemos como o encadeamento de certos acontecimentos vão formando um arcabouço que, posteriormente, será apropriado com propósitos diversos pelos estudos acadêmicos, pelas políticas públicas e por alguns grupos sociais constituídos por moradores.

Alicerçados pela tradição, o patrimônio arquitetônico e o traçado urbano dessa cidade encontram na história— no tempo e no espaço – delimitadores que asseguram sua permanência e validam sua continuidade, legitimados não apenas pelo instrumento do tombamento como também pelos discursos de seus governantes e por parte de seus 10.000 habitantes.

Um fato incomum, a enchente ocorrida em 2010, trouxe à tona reflexões sobre a utilização da memória para reconstruir física e moralmente a cidade e sobre como essa reconstrução pretendeu manter a identidade conquistada, muitas vezes como forma de resistência.

A intenção revelada de deter o tempo no lugar suscita questionamentos sobre os usos do passado; para isso, novamente, são invocadas a tradição e a memória, em um circuito que, em processo, auxilia e serve como estratégia para afirmação da associação entre tempo, tradição e história.

Para compreender o que aqui se propõe, foi adotado o método histórico- analítico, com coleta de informações em fontes primárias (processos de tombamento, documentos do município) e levantamento de campo fotográfico. Outras informações foram pesquisadas na bibliografia sobre a cidade e em estudos técnicos anteriores, além da leitura de autores que tratam dos temas aqui propostos.

Palavras Chave: São Luiz do Paraitinga. História urbana. Gestão urbana.

RESUMEN

A partir de la comprensión de las historias de la fundación, la urbanización y los patrimonios culturales de la ciudad paulista de São Luiz do Paraitinga, percibimos cómo el encadenamiento de ciertos acontecimientos va formando un marco que, posteriormente, será utilizado con diversos propósitos por los estudios académicos, por las políticas públicas y por algunos grupos sociales constituidos por sus habitantes.

Arraigados en la tradición, el patrimonio arquitectónico y el trazado urbano de esta ciudad encuentran en la historia, en el tiempo y en el espacio, delimitadores que aseguran su permanencia y validan su continuidad, legitimados no solo por el instrumento de inventariado, sino también por los discursos de sus gobernantes y por parte de sus 10.000 habitantes.

partir de un hecho inusual, la inundación que tuvo lugar en 2010, emergieron reflexiones sobre la utilización de la memoria para reconstruir física y moralmente la ciudad, y sobre cómo esa reconstrucción pretendió mantener la identidad conquistada, muchas veces como forma de resistencia.

La intención revelada de detener el tiempo en el lugar suscita cuestionamientos sobre los usos del pasado; para eso, de nuevo, son invocadas la tradición y la memoria, en un circuito que, en el proceso, auxilia y sirve como estrategia para la afirmación de la asociación entre tiempo, tradición e historia.

Para comprender lo que aquí se propone, fue adoptado el método analítico histórico, con recogida de información en fuentes primarias (procesos de inventariado, documentos del municipio) y levantamiento de campo fotográfico. Otra parte de la información fue encontrada en la bibliografía sobre la ciudad y en estudios técnicos anteriores, además de la lectura de autores que tratan los temas aquí presentados.

Palabras Clave: São Luiz do Paraitinga. Historia urbana. Gestión urbana.

INTRODUÇÃO

Mnemósine, mãe das musas e, portanto, de toda criação - na mitologia grega, bem personificava a “função da memória, sagrada”, de compensar as ameaças de Lethé, as águas do esquecimento que a morte exige atravessar.³

Em 2010, as águas invadiram a cidade. Levaram objetos, documentos, roupas, móveis, casas inteiras. Prenunciaram o fim daquele lugar. Ao arrastarem tudo que estava ao seu alcance, deram pistas de que nada sobraria. Mas esse rio não era Lethé. Era Parahytinga, o “rio de águas claras”, e suas águas, no lugar do esquecimento, revigoraram as lembranças, aguçaram os sentidos e fortaleceram a memória. A morte não atravessou o rio.

A FUNDAÇÃO DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA

A cidade, São Luiz do Paraitinga, localiza-se na porção paulista do Vale do Paraíba, a 180 km da capital. A história de sua fundação, em 1769, está ligada à política de urbanização de D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, nomeado para governador e capitão-general da capitania de São Paulo, por indicação do Marquês de Pombal, ministro do rei de Portugal D. José I.

A capitania de São Paulo, tendo sido desmembrada das Minas Gerais em 1748, ficou subordinada à administração da Capitania do Rio de Janeiro. Pela dificuldade de se governar as duas capitanias, São Paulo ficou bastante abandonada. O Morgado recebeu, então, a missão de restaurá-la.

Torrão Filho (2005, p. 146) elenca os diversos interesses que orientaram essa restauração, entre os quais destaca:

[...] a mudança do eixo político para o sudeste da colônia, com a transferência da capital para o Rio de Janeiro em 1763, o desejo da Coroa em policiar o contrabando das minas, os interesses dos mercadores paulistas em ter governo próximo, que atentasse aos seus interesses e as questões de fronteira com os castelhanos no sul, que por mais de uma vez quase chegaram à declaração de guerra entre os dois reinos ibéricos. E não devemos descartar também o desejo do governo pombalino de varrer de seus territórios e domínios a presença dos jesuítas, tão clara ainda em São Paulo do Campo mesmo anos depois de sua expulsão.

D. Luís Antonio desembarcou em terras brasileiras em 1º de julho de 1765 e nelas ficou até 1775. Na capitania de São Paulo, a formação de povoações e a fixação de populações foram algumas das primeiras e principais preocupações do Morgado de Mateus, que seriam, para ele, promotoras de seu desenvolvimento econômico. Mas as questões religiosas e sociais também precisavam ser resolvidas; ele as aponta como causadoras, em grande medida, da decadência em que se encontrava a capitania (Torrão Filho, 2005, p.153).

³ DUARTE, Luiz Fernando Dias. *Memória e reflexividade na cultura ocidental*. In: ABREU, Regina, CHAGAS, Mário (orgs.) *Memória e patrimônio*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p.305.

A freguesia de São Luiz do Paraitinga foi criada no Termo da Vila de Taubaté: "a 2 de maio de 1769 o governador-geral D. Luís Antônio de Sousa Botelho e Mourão defere uma petição para que seja fundada uma povoação entre Taubaté e Ubatuba, dando o nome de São Luís e Santo Antônio do Paraitinga, e à igreja a invocação de N.S. dos Prazeres." (Pinto, 1903, apud Petrone, 1959, p. 77)⁴. Ainda nesse ano, no dia 8 de maio, o sargento-mor Manuel Antônio de Carvalho foi nomeado fundador e governador da nova povoação.



Mapa São Luiz do Paraitinga. Instituto Geográfico e Geológico. 1939. Disponível em formato digital no site do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Em 9 de janeiro de 1773, São Luiz do Paraitinga foi elevada à condição de vila, em cerimônia na qual se assentou o pelourinho na praça projetada para os edifícios públicos – Igreja, Casa de Câmara e Cadeia – que seriam construídos posteriormente. Em 30 de abril de 1857, recebeu os foros de cidade.

O VALE DO PARAÍBA

É notória a presença e a importância dos rios no Vale do Paraíba, sendo que este, que dá nome à região, corta os estados do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e de São Paulo; assim como também as serras são marcantes em sua paisagem. Tirapeli (2014, p. 19) descreve:

⁴ PINTO, Adolfo Augusto - História da Viação Pública, de São Paulo, (Brasil) - São Paulo, 1903, p.504.

O Rio Paraíba (em tupi, rio das águas ruins) serpenteia entre a Serra do Mar, separando-a da Serra da Mantiqueira (mãe das águas ou de onde vem a chuva). Depois, percorre a divisa de Minas Gerais e deságua na faixa litorânea do estado do Rio de Janeiro. No Alto Vale do Paraíba correm os rios Paraibuna (rio das águas escuras) e Paraitinga (rio das águas claras), os quais cortam a Serra do Mar e formam o Paraíba do Sul [...] Dois rios que correm em direções diferentes, ao longo dos quais nasceram as cidades dos ciclos do ouro e do café. No Médio Vale propriamente dito, onde as serras do Mar e da Mantiqueira se abrem e o rio serpenteia na faixa de terra plana, há formações em meia-laranja, suaves, outrora cobertas por florestas tropicais.

Os caminhos no Vale do Paraíba, por rio e por terra, serviram, em seu segmento paulista, desde meados do século XVII, “para caminho dos bandeirantes e entradistas em busca do gentio para ser escravizado, e depois, das jazidas de ouro e das pedras em Minas Gerais, e mesmo por todo sertão” (Telles, 2006, p. 13). Isso propiciou a fundação de arraiais e vilas durante os séculos XVII e XVIII, como os núcleos paulistas de “Guaratinguetá (1654), Taubaté (1670), Pindamonhangaba (final do XVII), até os setecentistas – São José dos Campos (1767), Lorena (1788) etc., que foram implantados ao longo desse caminho e à margem direita do rio Paraíba” (Telles, 2006, p. 45).

Com o declínio da mineração, entre o final do século XVIII e início do XIX, começa a se estabelecer o cultivo da cana-de-açúcar, que chega a São Paulo por incentivo do Morgado de Mateus, em uma iniciativa que fazia parte de um projeto “destinado a alterar a fisionomia pobre e despovoada de São Paulo” (Camargo, 2004, p. 106). Dos núcleos urbanos do Vale do Paraíba, o de maior expressão na agricultura canavieira foi Guaratinguetá.

O esgotamento das minas também provocou a transferência de alguns mineradores para o Vale do Paraíba, onde, por suas condições financeiras, puderam adquirir terras. Em sua maioria, começaram a organizar fazendas de café, com a montagem de estrutura para o cultivo e compra de escravos. Constituíram poderosos clãs rurais, sendo conhecidos como Barões do Café (Telles, 2006, p.43). Em todo o Vale do Paraíba há bens tombados⁵, quase todos ligados ao ciclo econômico do café na região.

Marins (2004, p. 133) assim define a alteração nos modos de vida no Vale do Paraíba causados pela economia do café

A riqueza proporcionada pelo cultivo do café nas terras paulistas acabou por alterar substancialmente muitos costumes e práticas culturais ali existentes. Da arquitetura aos objetos domésticos, dos modos de vestir aos de falar, pode-se dizer que o século XIX foi um período de verdadeira revolução, no qual traços comportamentais vindos do passado indígena, do período sertanista e dos tempos áureos do açúcar foram rapidamente justapostos ou mestiçados à intensa europeização permitida pelas imensas fortunas exportadoras, pela rapidez dos trens e, especialmente, pela entrada maciça de dezenas de etnias de imigrantes.

Mas não tardou para que ocorresse o esgotamento do solo, causado pela erosão, em função do sistema adotado na plantação cafeeira. A isso juntou-se a libertação dos escravos, em 1888, responsáveis pela produção do café; a Proclamação da República, em 1889, e o denominado

⁵ ³Alguns bens tombados do Vale do Paraíba: Casa da Fazenda Resgate (Bananal); Casa de Rodrigues Alves (Guaratinguetá); Casa da Fazenda Engenho D’Água (Ilhabela); Fazenda da Conceição (Paraibuna); Casa da Fazenda Ponte Alta (Redenção da Serra); Casa da Fazenda do Pau d’Alho (São José do Barreiro); Sobrado Altino Arantes (São Sebastião); Capela de Nossa Senhora do Pilar e Chácara do Visconde (Taubaté) e Sobrado do Porto (Ubatuba). Disponível em <https://casadopatrimoniopv.wordpress.com/bens-tombados/>. Acesso em novembro/2016

“encilhamento”⁶, em 1890, que atingiu os setores econômicos de produção do país, o que fez com que os fazendeiros, em sua maioria endividados, ficassem à mercê dos bancos e dos agiotes (Telles, 2006).

Essa situação atingiu a maior parte das cidades do Vale do Paraíba, incluindo São Luiz do Paraitinga, mas aquelas tiveram destino diferente com o passar do tempo e das circunstâncias, como depreende-se da descrição de Vieira (2009, p. 98 e 99)

Se, por um lado, o domínio político da elite cafeeira dificultava a implementação de política que visasse ao processo de industrialização, por outro lado, a própria renda gerada pela dinâmica econômica regional foi capaz de promover o crescimento das atividades urbanas nos setores secundários e terciários durante o ciclo do café. No Vale do Paraíba paulista, a indústria veio em decorrência das dificuldades do setor agrícola. Durante o século XIX, a região era um dos principais pólos da economia cafeeira do País; entretanto, no início do século XX, as cidades pareciam caminhar para o ostracismo [...]

Essa nova economia no Vale do Paraíba também estava atrelada às possibilidades de transporte. Suas cidades, primeiramente interligadas pela Estrada de Ferro D. Pedro II e, a partir de 1928, pela ligação rodoviária Rio-São Paulo – que viria a se tornar, em 1951, a Via Dutra – configuraram um território marcado pela industrialização.

A URBANIZAÇÃO E O PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA

A partir dos anos 1960, principalmente pelo interesse e influência de Luís Saia⁷, a cidade de São Luiz do Paraitinga começou a ter seu patrimônio pesquisado. Em 1963, ela foi mencionada no ensaio *Quadro Geral dos Monumentos Paulistas*, de autoria de Saia, contido em seu livro *Morada Paulista*, quando ele cita, como exemplo das ocupações instituídas no norte da capitania de São Paulo pelo Morgado de Mateus, “as vilas de Cunha, São Luiz do Paraitinga e Lorena” (2005 [1963], p.44).

Em 1973, Luís Saia publicou o artigo *Evolução de São Luís do Paraitinga*, nos anais do VII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, que se realizou em Belo Horizonte, em setembro daquele ano. Nele, o autor esclarece pontos relevantes para a discussão que aqui se pretende:

No presente caso, de vilas fundadas por iniciativa do governo e segundo uma idéia preestabelecida de colonização - e este é o caso específico do Morgado de Mateus - a racionalidade que transpira no texto do termo de ereção de São

⁶ Nos primeiros anos após a proclamação da República, Deodoro da Fonseca se deparava com um Brasil possuidor de uma estrutura econômica arcaica, baseada no café; e um retrógrado sistema financeiro. Para mudar tal situação, o Ministro da Fazenda, Rui Barbosa, baseado no sistema bancário norte-americano, estabeleceu uma política monetária focada na livre emissão de créditos monetários. Desta forma, para estimular a industrialização e o desenvolvimento de novos negócios, os bancos passariam a liberar empréstimos livremente às pessoas, sem mesmo saber de suas reais condições de pagamento. Esta política ficou conhecida comoencilhamento, expressão extraída do vocabulário utilizado em hipódromos, e que designava o clima de confusão, desordem e febril jogatina que reinava nos locais das corridas onde os jóqueis encilhavam seus cavalos. (Revista IPEA. 2011. Ano 8. Edição 65).

⁷ Luís Saia foi dirigente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em sua regional de São Paulo de 1938 (quando este ainda se denominava Sphan) até 1975, ano de seu falecimento. Saia atuou também no Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat), entre 1969 e 1975.

Luís, representaria um reflexo do iluminismo europeu que desembocaria na revolução francesa e que povoaria a cabeça de um estudioso como Luís Antonio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus. Antes do século XVIII, salvo uma ou outra iniciativa do governo metropolitano, e em contraposição ao que acontecia na América Espanhola, onde a colonização era orientada pelo espírito organizado das Leis das Índias, a formação das cidades brasileiras era matizada pelo empirismo da geografia, do sítio escolhido, da topografia e do rendimento imediato da instalação. O vírus instilado pelo racionalismo do Morgado de Mateus perseguiu a vila de São Luís do Paraitinga, onde se estabelece uma luta surda entre o que os dirigentes chamam de "elegância" da praça, das ruas e da cidade, e o interesse imediatista dos moradores, sempre dispostos a se aproveitar das circunstâncias para receber um quinhão mais refarto da situação urbana (Saia, 1973, p. 432).

Pesquisas desenvolvidas por Saia em parceria com o historiador Jaelson Bitran Trindade, entre os anos de 1972 e 1974, resultaram na publicação São Luís do Paraitinga: levantamento métrico, arquitetônico e fotográfico e estudos de formação de uma cidade tradicional paulista, editado pelo Condephaat em 1977 (posteriormente ao falecimento de Saia).

Em seus estudos, os autores vincularam a malha urbana de São Luiz do Paraitinga ao conjunto arquitetônico ali instalado a um "fenômeno de maior amplitude", que teria ocorrido na segunda metade do século XVIII: "o projeto 'pombalino', 'ilustrado', de fundar povoações ordenadas, regulares, no Reino e nas Colônias e, mais diretamente, a um plano de estruturação territorial da Capitania de São Paulo [...]" (Iphan, 2010a, p.14).

O projeto urbanizador no Brasil do século XVIII incluiu a fundação de vilas e cidades e a refundação de aldeamentos missionários, sendo todos integrados em uma rede urbana. Para Teixeira (2012, p.59) encontram-se, nesses dois casos,

[...] as mesmas preocupações de regularidade e de ordenamento e o entendimento da cidade como elemento civilizacional que se devia expressar por meio de sua boa organização espacial. A racionalidade iluminista vai traduzir-se em traçados urbanos rigorosamente geométricos. A regularidade passou a estar presente não apenas no traçado urbano, mas também na padronização das estruturas de quarteirões e de loteamento, no alinhamento de ruas e de fachadas e na adoção de programas arquitetônicos uniformes aos quais todas as construções deviam obedecer.

Mesmo que o traçado urbano seja do tempo do Morgado, as edificações foram realizadas posteriormente, como indicaram os mesmos Saia e Trindade (1977, p.22 e 24): "O projeto da 'cidade iluminista' se consolidou, portanto, por volta da década de 1840". Verificando a documentação da época, os pesquisadores encontraram indicações de que "as questões relativas à 'formosura', simetria e regularidade, postas desde o início do povoado, prevaleceram na configuração do cenário urbano local" (Saia, Trindade, 1977), tanto em relação à praça central quanto no alinhamento das edificações.

Sobre a época das construções, Nestor Goulart Reis esclarece (Iphan, 2010b, Ata, fl. 147, p. 82):

Quando o café prosperou, na segunda metade do século XIX, é que os sobrados da praça principal foram construídos já com traços neoclássicos. E o que é impressionante, no final do século XIX, em 1880, 1890, faziam sobrados com alinhamento que haviam sido estabelecidos ao tempo do Morgado, o que mostra a força do padrão urbanístico, das normas que foram estabelecidas naquela época.

Reis cita a economia cafeeira, responsável por grande parte do desenvolvimento econômico e social na região do Vale do Paraíba, cujo auge se deu por volta dos anos 1840. Sem estar completamente alienada desse processo, São Luiz do Paraitinga o viveu de forma mais distanciada; talvez por não ter alcançado o mesmo êxito das cidades da região com esse tipo de cultivo, os efeitos das mudanças da economia cafeeira e tudo que ela representou não foram percebidos com tanta força. Sua arquitetura, embora com alguns representantes de maior destaque, não

apresenta a suntuosidade de edificações encontradas em outras cidades, em sua maioria pertencentes aos barões do café, que as construíam nos locais mais significativos – geralmente na praça principal. Os sobrados de São Luiz do Paraitinga apresentavam, isso sim, uniformidade, pois, como já dito, seguiam o alinhamento estabelecido na época do Morgado de Mateus.

Também a dificuldade de acesso à cidade, sua localização em encosta de serras e as possibilidades de enchentes aliadas às precárias infraestruturas urbanas e a falta de investimentos, tanto público quanto privados, acrescidas da ausência de sua ligação com outros núcleos urbanos, contribuíram para a lentidão de seu desenvolvimento.

O acesso sempre foi um dos impeditivos para seu crescimento – não só pela falta da ferrovia, mas também por vias terrestres (nos anos de 1940, o percurso de Taubaté a São Luiz do Paraitinga, em seus 45 km, demorava por volta de 4 horas). A rodovia Oswaldo Cruz, atual ligação Taubaté-São Luiz do Paraitinga-Ubatuba só foi completamente inaugurada em 1976.

Isto concorreu para que São Luiz do Paraitinga ficasse à margem do crescimento econômico, urbanístico e social que se verificou no eixo do Vale do Paraíba. Apenas a partir de meados da década de 1980, sua economia será retomada, mas agora na perspectiva de desenvolvimento baseado no turismo histórico-cultural e de natureza, para o qual seu patrimônio cultural será acionado, principalmente com a “descoberta” e divulgação de suas festas populares.

OS TOMBAMENTOS: CONVERGÊNCIAS

A união e o entrelaçamento das histórias sobre a fundação e a urbanização da cidade alicerçaram as justificativas para que seu patrimônio arquitetônico fosse tombado pelos órgãos de preservação estadual e federal, em sucessivos processos que se iniciaram em 1975. Inicialmente foram tombadas algumas edificações isoladas; posteriormente, em 1982, o Condephaat tombou seu Centro Histórico.

Este tombamento se deu a partir da abstração planimétrica que consolidou a geometrização e a racionalidade do traçado, já descritos anteriormente. Foram estes os elementos que definiram o tecido considerado histórico, ficando de fora outros elementos divergentes.

Entre os motivos que justificavam a conservação e a valorização da cidade perante o Condephaat e o Iphan, o texto recuperado dos estudos de Saia e Trindade (1977) apresentava: a cidade regular; o espaço onde se deu a implantação do plano prévio para fundar o núcleo; os ajustes efetuados entre 1769 e 1850; o legado arquitetônico constituído ao longo do tempo; a disposição das edificações que prescrevia a integração da arquitetura, por meio da uniformidade e da simetria, em harmonia com o traçado racional da cidade.

Esse legado arquitetônico foi, em grande parte, construído com técnicas tradicionais, como a taipa de pilão e o pau-a-pique.

A ENCHENTE: DIVERGÊNCIAS

Nos primeiros dias de janeiro de 2010, uma confluência de fatores fez o rio Paraitinga transbordar 14 metros acima de seu leito, provocando a maior enchente já sofrida pela cidade. Muitos edifícios – a maior parte deles localizados no Centro Histórico – ficaram submersos e não resistiram: ruíram parcial ou totalmente.

Entre os edifícios que ruíram estavam duas igrejas, a Matriz e a Capela das Mercês; o antigo Grupo Escolar (cujo projeto de adaptação havia sido realizado por Euclides da Cunha); inúmeros sobrados e casas térreas, além de estabelecimentos comerciais como padarias, farmácias, restaurantes, bancos, cartório. Também foram perdidos documentação, móveis e objetos oficiais e pessoais dos moradores.

Porém, o processo de tombamento do Centro Histórico pelo Iphan estava em curso há aproximadamente 3 anos. Com a enchente, o Instituto desenvolveu ações emergenciais para dar suporte às equipes locais sobre procedimentos para minimizar as perdas e iniciar um processo de recuperação. Mas faltava ao Iphan, para que pudesse desenvolver essas atividades de maneira integral, o respaldo legal para atuar no salvamento dos remanescentes e para dirigir as ações na cidade: o tombamento.

Assim, no começo de fevereiro de 2010, foi constituído um processo para o tombamento provisório, acatado pelo Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (Depam), permitindo ao Iphan tomar a frente em algumas resoluções sobre a reconstrução de parte dos edifícios tombados (Iphan, 2010b).

Para dar base aos tombamentos e subsidiar a salvaguarda do patrimônio, foi preparado o *Dossiê São Luiz do Paraitinga*, estudo coordenado por Jaelson Trindade, com base em seus estudos com Luís Saia. O *Dossiê* “avalia o significado histórico do plano urbano, as transformações e caráter da sua morfologia, como também da configuração tipológica das construções e dos espaços abertos, e a partir destes, da pertinência do tombamento e da regulamentação da sua área de preservação” (Iphan, 2010, p. 11).

Em 2010, seu Centro Histórico foi inscrito no Livro do Tombo Histórico e em 2012 a cidade foi inscrita no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico como “Conjunto Histórico e Paisagístico de São Luiz do Paraitinga”, ambas inscrições realizadas pelo Iphan.

Porém, efetivamente, da recuperação fizeram parte várias estratégias urbanísticas, não unicamente com o objetivo de recuperação do patrimônio edificado. Uma destas estratégias, que impactaram a área objeto de tombamento pelo Iphan, foi a de provimento de novas moradias para a população desalojada pela enchente. O plano de provimento habitacional já vinha sendo elaborado antes da enchente, tendo apenas se acelerado com ela. A urgência nas operações de resgate e de recuperação das condições de vida da cidade levou à definição de projetos de implantação de unidades habitacionais próximas à área atingida pela enchente e na própria área atingida. Se a proposta foi uma sinalização no sentido de incluir a população afetada e, em muitos casos, sem recursos para obter uma nova habitação, por outro, não se definiram parâmetros de uso e ocupação em harmonia com as localizações e preexistências urbanas, sendo as intervenções guiadas pelos mesmos critérios utilizados em qualquer empreendimento habitacional social, ou seja, os custos/benefícios.



Centro histórico de São Luiz do Paraitinga na enchente. 2010. Arquivo do Iphan/SP.

Conjunto Habitacional Casinha Branca. Construção CDHU. São Luiz do Paraitinga. 2013. Foto Renata R. Allucci.

Houve neste processo o trabalho conjunto entre os agentes públicos e da população, porém, o resultado foi uma divergência marcante da paisagem, com casas perfiladas em áreas muito

próximas do denominado “centro histórico”.

Da mesma forma, no Plano Diretor Participativo, que já vinha sendo elaborado desde 2006, muitas das Zonas Prioritariamente Residenciais definidas eram áreas de ocupação de risco atingidas pela enchente, irregulares em relação às normas de conservação ambiental, e que necessitavam de intervenção para sua regularização.

Desta forma, após a enchente, a administração municipal, a partir da criação de um Grupo gestor, passa a delimitar várias áreas como prioritárias para regularização fundiária, as quais, no entanto, coincidem com as próprias áreas atingidas e acabam por se transformar em um instrumento legal para determinar/restringir onde se queria que a população permanecesse ou para onde deveria ser deslocada. É este objetivo o que explica a necessidade de estabelecer categorias dentro desta mesma zona, tais como as áreas de remoção (ZEIS-AMB I), as de regularização e consolidação do existente (ZEIS-AMB II) e as áreas onde, além da regularização, seriam permitidas novas construções (ZEIS-AMB III)⁶⁸.

De qualquer modo, a expansão urbana, que já se tornara visível no entorno (Morro do Cruzeiro e outras zonas periféricas), continuava a interferir na visualidade do perímetro histórico, um dos pontos destacados no dossiê de tombamento como requisitos de valorização da paisagem.

Ou seja, o zoneamento proposto reiterou a segregação urbana existente e novamente o território do centro histórico delimitado no dossiê, tornou-se espaço prioritário de recuperação, em detrimento de uma visão de planejamento integral da cidade.

A EVOCAÇÃO DA TRADIÇÃO E DO PASSADO: A MEMÓRIA. ESTRATÉGIA E TÁTICA PARA O PRESENTE

Em São Luiz do Paraitinga, a tradição é evocada para validar e legitimar seu patrimônio arquitetônico tombado. Com a tradição, busca-se o tempo no lugar. O encontro com o passado, nessa cidade, é mediado pelo patrimônio conservado, pelo modo de vida transcorrido em ritmos temporais menos intensos, pelas festas, pela religiosidade. O lugar propicia uma percepção diferente do tempo, expressa na possibilidade de sua fruição.

Na reflexão de Agudo Torrico (2012, p. 46, tradução livre)

O valor da tradição recai precisamente em sua capacidade de evocar um tempo atemporal, de nos trasladar a tempos imaginariamente detidos e, por

⁶⁸ As ZEIS-AMB são definidas em três categorias (Art. 70-A, inserido na revisão):

- ZEIS-AMB I – Áreas prioritárias à remoção de famílias: áreas de alta vulnerabilidade ambiental e social, definidas por mapeamento de riscos citado no Plano e sem determinantes a não ser que deveria ser produzido por órgãos especializados em geologia e geotecnia. As famílias dessas ZEIS-AMB I terão prioridade nos programas e projetos habitacionais do Município.

- ZEIS-AMB II – Áreas prioritárias à regularização fundiária, congelamento de ocupações existentes e proibição de novas construções: apontada como ocupação consolidada em área de preservação ambiental, cuja consolidação é justificada por existência de infra-estrutura urbana ou equipamentos públicos, para passarem por processo de regularização fundiária. São regularizadas construções consolidadas até a aprovação desta revisão, impedindo novas ocupações.

- ZEIS-AMB III – Áreas prioritárias à regularização fundiária com possibilidade de novas construções, desde que atendidos os critérios do Plano Diretor: define áreas de preservação ambiental e de risco, que tem ocupação justificada por existência de infra-estrutura e de equipamentos públicos. Nestas áreas são permitidas novas ocupações cumprindo formalidades legais e índices urbanísticos determinados no Plano, com a condição da execução de obras de contenção de risco.

isso, intrinsecamente sentidos como próprios, identificadores das comunidades que os mantêm, em contraposição às realidades cotidianas. Realidades cotidianas que também podem ser vividas e sentidas como modos de vida tradicionais.

A construção memorialística de São Luiz do Paraitinga remonta à fundação da cidade e sua relação com o Morgado de Mateus e está presente não apenas como argumento nos processos de seus tombamentos – onde é reforçada –, mas também na elaboração de seus moradores, em um processo similar definido por Carrión (2010, p. 132-133, tradução livre):

Os imaginários fundacionais se caracterizam pelo peso que tem desde a origem da cidade; são protagonistas de seu desenvolvimento até a atualidade, obviamente com as mudanças em cada conjuntura urbana. Trata-se dos imaginários que sempre aparecem marcando a seus habitantes e, portanto, a cidade, pela força do significado e do universo simbólico que carregam.

Ao lado desse imaginário fundacional, os luizenses valem-se da construção identitária, de vivências sobrepostas: para corroborar essa identidade – e preservarem-se do esquecimento–acionam a memória. Um fator primordial para a permanência dessas memórias é seu patrimônio arquitetônico, cuja conservação, preservação e valorização pelos tombamentos, transforma-o em elemento de fortalecimento das identidades locais.

Porém, questões contemporâneas tais como “o desenvolvimento urbano, a mercantilização, as indústrias culturais e o turismo” (García Canclini, 1994, p.95), muitas vezes fazem São Luiz do Paraitinga viver uma situação limítrofe: a mercantilização de seu patrimônio cultural que, sem resistência, pode derivar em sua exploração indiscriminada; e, no caso do patrimônio arquitetônico, a conciliação entre as possíveis especulação imobiliária e degradação urbana com a tradição local.



Carnaval no Centro Histórico de São Luiz do Paraitinga. 2012. Foto Degiovani Lopes da Silva.

A grande procura por parte de pesquisadores, historiadores, fotógrafos, antropólogos e outros pelas manifestações culturais que se realizam em São Luiz do Paraitinga, desloca o seu reconhecimento – que até então era interno à própria comunidade – a um público externo, e essa valorização trouxe mudanças na percepção dos luizenses quanto à sua cultura.

Muitos estudos acadêmicos têm sido realizados sobre o patrimônio da cidade. Uns voltam-se à análise de sua arquitetura, pelas especificidades das técnicas construtivas e, mais recentemente, pela necessidade de reconstrução e restauração, para as quais discutem possibilidades teóricas de escolas divergentes sobre o tema e sobre as escolhas realizadas; outros tem como objeto as práticas culturais de São Luiz do Paraitinga, com pesquisas que buscam uma melhor compreensão de seus rumos. Ambos se apoiam, em grande parte, na estratégia de conhecer a cidade através da reflexão obtida pela construção de memória de seus habitantes.

Neste sentido, a enchente, ao mesmo tempo em que foi uma catástrofe sem precedentes, também foi ocasião de atenções por parte dos órgãos públicos e da imprensa e da entrada de recursos financeiros, colocando São Luiz do Paraitinga em destaque. Foi também o fato que motivou a reativação das memórias, usadas como resposta e reação à tragédia comum, fortalecendo os luizenses para a reconstrução física da cidade e revigorando-os para reerguerem suas vidas.

No entender de Marina Mello e Souza (2008, p.28), os habitantes se valem do espaço da cidade, no sentido em que

O espaço ajuda a reconstruir pensamentos e lembranças comuns, de acontecimentos e sensações vividas naquele lugar. Por intermédio dos lugares, que têm a estabilidade das coisas materiais, o pensamento coletivo tem mais oportunidade de perdurar. O espaço é uma das condições de existência dos grupos, que imprimem de alguma forma sua marca sobre o lugar que ocupam, sendo indissociável da memória.

Por isso, tradição e memória são algumas das estratégias de valorização do patrimônio cultural usadas pelos luizenses, que também fazem escolhas na construção dos caminhos para se apropriarem de seu patrimônio. Como define Lenclud (2013, p. 158) “A utilidade geral de uma tradição é fornecer ao presente uma caução para o que ele é. Ao enunciá-lo, uma cultura justifica, de certo modo, sua situação contemporânea”.

Sob esse aspecto, aos remanescentes construídos se agregam práticas sociais diversas, entre as quais as festas e comemorações que dão movimento à paisagem através da definição de percursos e definição de lugares de encontro, onde se reiteram formas de apropriação, formas de fruição e caminhos preferenciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora os vestígios do traçado urbano no presente sejam os elementos que sustentam a patrimonialização da cidade e os interesses turísticos, a fragilidade das políticas urbanas implementadas para dar suporte às atividades geradas por estes, ao longo do tempo, pode levar a um agravamento das condições de vida de distintas populações que hoje convivem cotidianamente, uma vez que os eventos turísticos preenchem o calendário da cidade de forma plena, ao longo de todo o ano. Enquanto Estância Turística, São Luiz do Paraitinga depende desta valorização de sua arquitetura típica, dado que seu desenvolvimento econômico está baseado no

turismo cultural.

É necessário que a noção de conjunto seja o ponto de partida para análise do espaço urbano e edificado, extrapolando a delimitação do centro histórico que foi definido a partir de seu traçado geométrico e racional. A preservação, hoje configurada por um perímetro de preservação visual, precisa se dispor a abarcar efetivamente outras áreas que estão além do centro histórico, e isso demanda a reavaliação dos discursos, das políticas públicas e das ações de valorização de alguns lugares em detrimento de outros.

Além disso, apesar de o centro histórico de São Luiz do Paraitinga concentrar a dinâmica sócio-econômica local, os tombamentos e a interferência de órgãos de preservação, principalmente sobre o patrimônio edificado, tendem a afastar os moradores desse centro, pela dificuldade que encontram, cada vez mais, na manutenção de imóveis privados e na fruição e apropriação dos lugares públicos. Em um futuro próximo, isso pode torná-los locais reservados somente aos turistas e aos poucos moradores com condições de arcar com o ônus da patrimonialização.

Por outro lado, são os estudos acadêmicos, conforme apontamos, a base inicial tanto para justificar quanto para definir valor ao conjunto edificado e, neste sentido, é importante se atentar para o entendimento da cidade em sua totalidade, de forma a ampliar o espectro de reflexão dos agentes quando da elaboração de políticas públicas, garantindo um desenvolvimento harmônico e integral da cidade para os seus moradores.

Reitera-se, portanto, a necessidade de um alinhamento às discussões mais abrangentes que relacionam patrimônio cultural e território, através da análise da paisagem produzida e da proteção das características singulares dos lugares - sem distinção a priori entre aspectos materiais ou imateriais ou entre a priorização de seu valor histórico, arquitetônico e paisagístico e a manutenção de suas qualidades urbanísticas - para que se use, efetivamente, a preservação do passado como estratégia de futuro.

REFERÊNCIAS

AGUDO TORRICO, Juan. El tiempo de las identidades híbridas. IN GUERRA DE HOYOS, Carmen, PÉREZ HUMANES, Mariano, TAPIA MARTÍN, Carlos (coords.). *Temporalidades contemporâneas: incluído el pasado em el presente*. Junta de Andalucía: Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico. PH Cuadernos, 2012.

CAMARGO, Maria Daniela B. de. O açúcar volta a São Paulo. In: *Terra Paulista. A formação do Estado de São Paulo, seus habitantes e o uso da terra*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004.

CARRIÓN, Fernando. Cultura urbana, um assunto de imaginários? IN *Quito em la obra de...Quitología y arte urbano*. FONSA: Casa de la Cultura Ecuatoriana, 2010.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. no. 23, 1994. IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3200>. Acesso em setembro/2016.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Dossiê São Luiz do Paraitinga*. São Paulo: IPHAN, 2010a.

- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Processo de Tombamento n. 1590 T-10*. São Paulo: IPHAN, 2010b.
- LENCLUD, Gérard. A tradição não é mais o que era... Sobre as noções de tradição e de sociedade tradicional em etnologia. *Revista História, Histórias*. Brasília, vol.1, n.1, 2013, p. 158.
- PINTO, Adolfo Augusto - História da Viação Pública, de São Paulo, (Brasil) - São Paulo, 1903, p.504. In: PETRONE, Pasquale. A região de São Luís do Paraitinga: estudo de geografia humana. *Revista Brasileira de Geografia*. N. 3. Julho- setembro de 1959.
- SAIA, Luís. Evolução urbana de São Luiz do Paraitinga. Em: VII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História – ANPUH. 1973. Belo Horizonte. *Anais*. Belo Horizonte: ANPUH, 1973.
- SAIA, Luís, TRINDADE, JaelsonBitran. *São Luís do Paraitinga*. Publicação no. 2. Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado – CONDEPHAAT, 1977.
- SAIA, Luís. *Morada Paulista*. 1. reimpr da 3.ed. de 1995. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- SOUZA, Marina de Mello e. *Paraty: a cidade e as festas*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2008.
- TEIXEIRA, Manuel C. *A forma da cidade de origem portuguesa*. São Paulo: Editora Unesp: Imprensa Oficial do Estado, 2012, p. 59.
- TELLES, Augusto C. da Silva. *O Vale do Paraíba e a Arquitetura do Café*. Rio de Janeiro: Capivara, 2006.
- TORRÃO FILHO, Amilcar. O “milagre da onipotência” e a dispersão dos vadios: política urbanizadora e civilizadora em São Paulo na administração do Morgado de Mateus (1765-1775). *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXXI, n. 1, p. 145-165, junho 2005.